

OS BRASILEIROS NO CHILE (1970-1973): EXÍLIO E MEMÓRIA

Cristiane Medianeira Ávila Dias

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

cristiane-historia@hotmail.com

Resumo: O artigo examina algumas questões referentes ao exílio dos brasileiros no Chile, entre os anos de 1970 e 1973, a partir das memórias de João Carlos Bona Garcia e Herbert de Souza. As reflexões sobre o exílio durante o período em que vigorou a ditadura civil-militar no Brasil tem se multiplicado nos últimos anos. Estas expressam a tentativa de delimitar um campo de análise histórica a partir da utilização de outras disciplinas, como por exemplo, a psicanálise e a sociologia. A presente pesquisa se inscreve nestas perspectivas e considera que o exílio, no período em questão, foi um dos métodos de repressão estatal aplicados pelo governo militar, com a finalidade de afastar do cenário político nacional os indivíduos que contestavam o *status-quo*, considerados inimigos internos.

Palavras-chave: Ditadura; Brasil; Chile; Exílio; Memória.

Resumen: El artículo examina algunas cuestiones referentes al exilio de brasileños en Chile, entre los años de 1970 y 1973, a partir de las memorias de João Carlos Bona Garcia y Herbert de Souza. Las reflexiones sobre el exilio durante el período en el cual regía la dictadura civil-militar en el Brasil se han multiplicado en los últimos años. Estas expresan la tentativa de delimitar un campo de análisis histórico a partir de la utilización de otras disciplinas, como por ejemplo, el psicoanálisis y la sociología. La presente investigación se inscribe en estas perspectivas y considera que el exilio, en el periodo en cuestión, fue uno de los métodos de represión estatal utilizados por el gobierno militar, con la finalidad de aislar del escenario político nacional los individuos que contestaban el *status-quo*, considerados como enemigos internos.

Palabras-claves: Dictadura; Brasil; Chile; Exilio; Memoria.

Introdução

A memória se constitui numa das principais fontes da chamada História do Tempo Presente, mas apresenta um problema para os historiadores que utilizam essa ferramenta metodológica: o fato de que os atores sociais e o próprio pesquisador estão imersos na mesma perspectiva histórica, ou seja, existe uma

proximidade temporal entre o sujeito e o objeto, o que poderia comprometer, segundo determinadas avaliações historiográficas, o desenvolvimento do tema.

Para Eric Hobsbawn (1998), que definia a si mesmo como um “historiador do seu tempo”, no entanto, a pesquisa sobre o período em que vivemos não é inviável quando o pesquisador avalia com clareza e objetividade que suas experiências, mesmo inseridas na história contemporânea, continuam sendo dele, pois “todo o historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo” (p.244). É do seu “poleiro particular” que ele deve enxergar o objeto de sua investigação, utilizando para isso a metodologia, o referencial adequado e mantendo os mesmos cuidados e critérios que utilizaria numa pesquisa que abordasse outros tempos e não o presente.

Nessa perspectiva, os testemunhos de João Carlos Bona Garcia¹ e Herbert de Souza² devem ser utilizados como fonte histórica, a partir de uma perspectiva crítica, visto que as pessoas tendem a esquecer/lembrar acontecimentos dos quais tomaram parte no passado a partir da sua situação presente, na medida em que isso serve à construção de um ideário coletivo que tem um objetivo político determinado. Le Goff (1996) nomeou esta política de lembrança/esquecimento de “memória condicionada”, na medida em que isso serve à construção de um ideário coletivo que tem um objetivo político determinado, esclarecendo que:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (p.426).

Vale salientar que os temas relacionados à memória e à história do período que vigorou a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), são alvos de disputa entre grupos políticos antagônicos. Assim, os familiares e amigos de mortos e desaparecidos lutam contra o esquecimento dos crimes cometidos pelos agentes a serviço do Estado, enquanto o grupo formado pelos indivíduos, que tiveram algum tipo de vinculação com o regime e o aparato repressivo estatal, tenta promover o apagamento de tais lembranças. A justificativa para tal alegação é a de que o esquecimento do passado é a melhor maneira de garantir a reconciliação da

¹ GARCIA, João Carlos Bona; POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge a luta*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

² Herbert José de Souza (Betinho). In: CAVALCANTI, Celso Pedro Uchôa; RAMOS, Pedro. *Memórias do exílio. Brasil 1964-19??*. De muitos caminhos. Vol. 1. São Paulo: Livramento, 1978, p.67-111.

sociedade no tempo presente. Mas como a sociedade brasileira pode esquecer um período que não foi lembrado e, assim, não pode ser ressignificado e incorporado à memória coletiva nacional?

Michel Pollak (1989) salientou que toda memória imposta apresenta problemas e limites, visto que não pode ser construída arbitrariamente e, para perdurar no tempo, precisa de justificação, pois o fenômeno não é um processo estático, mas em constante mudança, fato que permite uma reordenação permanente do passado no presente. Desse modo, a memória busca, a todo tempo, dar um sentido atual aos fatos, atores sociais e lugares do passado e, embora os setores dominantes acreditem que o “tempo sempre trabalhe a seu favor” e que “o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo”, frequentemente estas pessoas são levadas a reconhecer que o tempo, ao contrário, pode reforçar a “amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados” (p.07). O autor esclarece que a relação entre a história e a memória, em tal processo, se daria da seguinte forma:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos (Pollak, 1989, p.8).

Na dialética que envolve o ato de lembrar e esquecer, Yosef Yerushalmi (2014) afirma que “*un pueblo jamás puede “olvidar” lo que antes no recibió*” (p.05) e que o trabalho do historiador nesse processo de esquecimento induzido, é o de “*velar y montar guardia*” contra a ação daqueles indivíduos que o autor nomeou de “*militantes del olvido, los traficantes de documentos, los asesinos de la memoria, los revisores de enciclopedias y los conspiradores del silencio*” (p.12). Aos historiadores, diante do silêncio oficial instituído sobre o exílio, as torturas, os sequestros e os desaparecimentos a que foram submetidos um grande número de pessoas, durante as décadas de 1960 e 1970, no Brasil e demais países do Cone Sul³, cabe o papel de realizar pesquisas que auxiliem no esclarecimento de tais fatos, disponibilizando informações para que a sociedade decida de que forma o período deve ser incorporado à memória coletiva nacional.

³ Lê-se Uruguai (1973-1984), Brasil (1964-1985), Argentina (1976-1984), Chile (1973-1989) e Paraguai (nos anos 70 e 80) (PADRÓS, 2005, p.16).

O exílio no Chile

O exílio dos brasileiros durante o período ditatorial já foi analisado por Denise Rollemberg (1999), na obra *Exílio: entre raízes e radares*, em que a historiadora utilizou o apoio da psicanálise para tentar sistematizar a pluralidade de experiências dos brasileiros no exterior. Os sentimentos de desenraizamento, de ansiedade, de rupturas e de medo foram utilizados para analisar os conflitos e as mudanças pelos quais passaram os indivíduos no Uruguai e, posteriormente em outros países, como Chile, México e França. A principal contribuição da autora está relacionada ao fato de que ela foi a primeira pesquisadora a problematizar o coletivo dos exilados políticos que deixaram o Brasil nas décadas de 1960 e 1970.

Teresa Marques (2011) foi outra pesquisadora que abordou o exílio de brasileiros, de forma prioritária no Chile e na França, a partir de uma escala transnacional, salientando que os surgimentos de redes de solidariedade global, como as organizações não governamentais e internacionais, teriam gerado novas dinâmicas de interação dos exilados entre si e destes com a comunidade receptora. O “transnacionalismo” seria um dos efeitos da globalização, numa época na qual o Estado estaria perdendo poder político para novos atores sociais, como os brasileiros exilados no Chile, que após o golpe de 1973, se engajaram em lutas a favor de temas globais, notadamente os direitos humanos, a anistia e a democracia.

O presente artigo, no entanto, considera que o exílio de brasileiros no Chile, entre os anos de 1970 e 1973, foi um dos resultados do processo de institucionalização da repressão estatal no Brasil que, conforme apontou Alves (2005), teve início com o golpe de 1964, se estendeu durante todo o período de exceção e teve o seu apogeu com a decretação do Ato Institucional nº 5, AI-5, em dezembro de 1968. Dentro dessa dinâmica, os órgãos de segurança foram autorizados a agir sem nenhuma restrição contra qualquer indivíduo supostamente envolvido em atividades políticas de caráter “subversivo”; tal iniciativa fazia parte do conjunto de “estratégias de controle da sociedade brasileira pelo terror”, que atingiu os mais diversos setores de oposição, independente das opções de luta e resistência contra a ditadura e, também grande parte da população que não estava

diretamente envolvida em questões políticas (p.136). Com o AI-5, a violência se intensificou produzindo como resultado, por um lado, o surgimento de organizações armadas das quais participaram muitos jovens que vinham do movimento estudantil secundarista e universitário. Por outro lado, uma nova onda de exilados em função da virulência com que agiam os meios de segurança brasileiros.

As diferentes fases repressivas da ditadura brasileira geraram dois grupos principais de exilados, nomeados por Rollemberg (1999), como “primeira” e “segunda geração”. A primeira geração, que deixou o país logo após o golpe de 1964, era formada por políticos e sindicalistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB), apoiadores de João Goulart e do seu projeto de governo, as chamadas Reformas de Base, que teve o Uruguai como principal destino. Já a segunda geração era composta de forma prioritária por militantes que adotavam uma posição crítica em relação ao PCB e haviam optado pela luta armada. Eles começaram a deixar o país a partir do AI-5, indo para países como México e Bolívia, mas, sobretudo, para o Chile.

Nesse contexto, no período em que vigoraram Ditaduras de Segurança Nacional (SN) no Cone Sul, o Estado, na tentativa de manter os privilégios da classe dominante, utilizou mecanismos repressivos inéditos – a tortura, o sequestro e o desaparecimento político – para aniquilar com os movimentos que lutavam por mudanças sociais. Assim, o exílio foi decorrência da violência estatal aplicada nestes países como forma de desmobilizar a sociedade. Indiretamente, pode-se afirmar que diante da ação para acabar com a oposição e disseminar o medo na sociedade, setores que resistiram (de múltiplas formas) à ditadura, temendo se tornarem os próximos alvos da repressão estatal, resolveram abandonar o território nacional, como opção de sobrevivência ou de recuo estratégico para reorganizar forças gravemente atingidas.

No universo estimado de 10.000 a 15.000 exilados⁴, os testemunhos de João Carlos Bona Garcia e Herbert de Souza foram escolhidos porque eles exemplificam o grupo de indivíduos que formaram a segunda geração de brasileiros a deixarem o país durante a ditadura. Embora Bona Garcia militasse na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), uma organização de luta armada, e Herbert de Souza na Ação Popular (AP), que optou por outras formas de luta, os dois militantes vieram

⁴ Conforme ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p.53.

do meio estudantil, não tinham profissão definida e possuíam poucos recursos para cruzarem as fronteiras do Brasil e se estabelecerem no exterior.

O exílio foi à saída encontrada por Herbert de Souza, depois de ter sobrevivido por quase um ano escondido em São Paulo, em condições precárias, sem dinheiro e tratamento adequado para a hemofilia, doença da qual ele sofria desde a infância. No final da década de 1960, o militante foi obrigado a viver na clandestinidade depois que a AP, mesmo sem aderir à luta armada, sofria os efeitos da repressão desferida pelos órgãos de segurança contra as suas atividades em todo o país. Sobre essa fase, Herbert de Souza escreveu:

Nesse período, já fora de qualquer tipo de vinculação concreta com a realidade, é que começo a pensar sobre o que seria mais importante, ter um cara vivo podendo trabalhar, ou ter um cara morto por quase nada. Isso corresponde a uma tomada de consciência de que era necessária uma revisão completa de tudo. (...) Foi então que eu tomei a decisão, com alguns poucos amigos, de sair, e de sair de qualquer jeito. Apesar de que alguns não concordaram, a maioria que estava vivendo a mesma circunstância concordou e, inclusive, facilitaram a minha saída. É assim que em novembro de 1971, prevendo as quedas que sucessivamente iriam ocorrer, saio e vou fazer uma longa viagem. Desta vez, para o Chile (Cavalcanti; Ramos, 1978, p. 90).

João Carlos Bona Garcia foi banido do território nacional⁵, depois de ter sido preso e torturado no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Porto Alegre e trocado, em janeiro de 1971, com mais sessenta e nove presos políticos, pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado no ano anterior pela VPR. Antes de ser expulso do país, o militante foi obrigado, pelo governo militar, a assinar um documento no qual declarava ter consciência que perderia todos os seus direitos como cidadão brasileiro. Ele descreveu a experiência de seguir para o exílio como:

Uma viagem ao desconhecido, somente com o bilhete de ida. Nem turista, nem imigrante (...). Viagem sem lenço (roupa) nem documento. Um amontoado de desilusões, desesperos, incertezas, mas ao mesmo tempo de alegria, liberdade. Sensação do incógnito, aventura, de necessidade, emoções que raramente alguém vai passar. Por isso até hoje há certa cumplicidade entre os companheiros que viveram esse momento. Minutos que transformavam em horas. Mistura de prisão e liberdade, algemas e abraços, derrotas e vitórias, tristezas e alegrias, choros e risos, noite e alvorada, medo e aplausos (Garcia; Posenato, 1989, p. 75).

⁵ A lei de banimento foi criada pelo Ato Institucional nº 13, datado de 5 de setembro de 1969: “o Poder Executivo poderá, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar, banir do Território Nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195762> Acesso: 13 jul. 2014.

Para Rollemberg (1999), o exílio é um eixo que estrutura figuras mitológicas; Ulisses, impedido de retornar a sua terra, Ítaca, pelo deus do mar, Posêidon, vive o sofrimento do exílio; Édipo, expulso do seu reino, encontra no estrangeiro, a desgraça; Jesus de Nazaré que abandona a sua terra com a família para fugir de Herodes; Adão e Eva, expulsos do paraíso, poderiam ser nomeados como os “primeiros exilados”. Exemplos que, para a historiadora, “trazem a marca do exílio” (p.23).

Marcelo Vinãr (1992), psicanalista uruguaio, define o exílio como uma situação extrema, em que parte dos indivíduos tem força suficiente de inverter a sua dimensão negativa, enquanto outros permanecem prisioneiros desse peso e pagam a experiência com o seu corpo ou equilíbrio psíquico. Portanto, o exílio tem sempre uma dimensão de traumatismo, na medida em que o indivíduo se forma a partir das ilusões que tem de si mesmo e de seus projetos de vida, remodelado de forma constante em seu entorno social, movimento que é interrompido pelo deslocamento a um ambiente ao qual ele não está habituado, um ambiente “não familiar”.

O exílio, na interpretação de Fernandez (2011), se diferencia dos demais fenômenos migratórios, como a diáspora e a migração, pela sua dimensão traumática, porque se trata de um momento em que o indivíduo perde, ao mesmo tempo, o contato com a pátria e o ambiente ao qual ele está habituado, sendo obrigado a deixar para trás não apenas as paisagens, como as amizades, os códigos sociais, os culturais, a linguagem, as referências políticas, religiosas e sociais de seu país de origem. Além disso, o exilado não pode escolher a data de sua partida e, na maioria das vezes, sendo obrigado a permanecer no destino estrangeiro enquanto durarem as condições que o conduziram ao desterro, tanto no caso de coação direta do Estado, como daqueles indivíduos que partiram rumo ao estrangeiro, motivados por seu entorno social.

No caso de João Carlos Bona Garcia e Herbert de Souza, o exílio não resultou de uma escolha pessoal, mas de um cenário repressivo que obrigou esses militantes a deixarem o país, ainda que apenas Bona Garcia tenha sido oficialmente banido do território nacional pelo governo militar. O exílio, para os militantes em questão não pode ser considerado uma atitude “voluntária”, pois mesmo Herbert de Souza, que partiu para o estrangeiro sem ter sido preso, torturado ou banido, fez

esta escolha porque estava sendo ameaçado, assim como seus companheiros de organização e amigos, pelos órgãos de segurança brasileiros.

O Chile foi escolhido pela maioria dos exilados brasileiros da segunda geração, porque vivia um clima de relativa liberdade política depois que Salvador Allende, representando uma coalizão de partidos de esquerda, a Unidade Popular (UP) ⁶, venceu as eleições para a presidência do país em 1970. O projeto da UP previa a implantação do socialismo dentro dos marcos legais, denominada de “segunda via” ou “via chilena” para o socialismo. Para isso, o governo pretendia acabar com o monopólio exercido pela classe dominante chilena e seus aliados norte-americanos sobre as principais riquezas produzidas no Chile, através da divisão das propriedades em três áreas: privada, mista e social. Os esforços do governo ficariam concentrados na estruturação da área social, que englobaria as empresas já em poder do Estado e aquelas que seriam expropriadas durante o processo, entre as quais estavam as grandes minas de cobre, salitre, iodo, ferro e carvão mineral do Chile. ⁷

João Carlos Bona Garcia viveu uma experiência inusitada durante o período de exílio no Chile, ao participar de um grupo de teatro chamado de “*Los Saltomontes*”, criado com a finalidade de organizar a população residente nas periferias de Valparaíso em torno das ideias e dos projetos culturais desenvolvidos pelos partidos da UP. As atividades artísticas no teatro resultaram num rico aprendizado para o exilado, que teve a oportunidade de entrar em contato com as ideias, os valores, as perspectivas, o sentimento nacionalista e o avançado grau de conscientização política da população chilena moradora das periferias. As atividades artísticas foram deixadas de lado em 1971 quando o grupo se incorporou aos mutirões populares organizados para reconstruir as casas destruídas na região durante o terremoto que abalou o Chile naquele ano. Sobre a experiência, Bona Garcia escreveu: “Eu fiquei comandando o pelotão das demolições. No meio do povo daquele morro eu comecei realmente a aprender o que era política e a fazer

⁶ A Unidade Popular (UP) era formada pelo Movimento de Ação Popular Unitário (MAPU), a Ação Popular Independente (API) e os Partidos Socialista, Radical, Comunista e Socialdemocrata. PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR, 17 de dezembro de 1969. Disponível em: <http://www.archivochile.com/entrada.html>, Centro de Estudos Miguel Enriquez (CEME). Acesso: 05 jul. 2012.

⁷ PROGRAMA DE LA UNIDAD POPULAR, 1970. Disponível em: <http://www.archivochile.com/entrada.html>, Centro de Estudos Miguel Enriquez (CEME). Acesso: 05 jul. 2012, p. 10.

política. Naquele lugar de miséria extrema (...). Lá eu comecei a participar realmente, a me engajar com o povo” (Garcia; Posenato, 1989, p.90).

O grupo de teatro “Los Saltomontes” integrava o movimento da UP, que ao lado das mudanças políticas, econômicas e sociais, pretendia fazer uma revolução ética e cultural no Chile, influenciado em grande medida pela Revolução Cubana. As manifestações artísticas deveriam valorizar o trabalho, a independência nacional e a conscientização política da população, visto que as profundas transformações pelas quais passaria o país iam requerer pessoas mais conscientes e solidárias, aptas a desenvolverem a economia de transição ao socialismo. Assim, a nova cultura deveria atingir um público amplo e ter um caráter humanista, sendo que à “produção artística coube um papel fundamental como transmissora da nova direção política e visão de mundo a ser impulsionada pelo projeto socialista” (Simões, 2011, p.128).

O cenário chileno também influenciou Herbert de Souza, que passou a questionar a política adotada pelos dirigentes nacionais da AP, denominada de movimento de integração na produção, onde os militantes eram enviados para trabalharem como operários ou camponeses em fábricas ou no campo, sem que a organização tivesse base política e estrutura para promover uma revolução no Brasil. A partir desta tomada de consciência, o militante resolveu colaborar com o governo de Salvador Allende, desempenhando atividades como sociólogo na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) e, posteriormente, na Oficina de Planificação da Presidência da República:

Esse período - trabalho nessa área durante 5 ou 6 meses - foi um dos mais gratificantes e ricos da minha vida. Era como se estivesse colocado de novo no sentido da história. Como se voltasse a sentir que o trabalho, hábitos, ideias, energia podem ter um sentido social mais amplo e você está atuando em função de algo grande. Pelas minhas condições, quer dizer um sujeito que não podia aparecer, eu continuava no anonimato. Mas via que o conteúdo do trabalho ou algumas sugestões que propunha começavam a ser aceitas, assimiladas e, nesse sentido, pouco me importava o meu nome, que fosse anônimo. O importante é que a situação correspondia a uma realidade social. Isso era tremendamente gratificante como experiência (Cavalcanti; Ramos, 1978, p.97).

Para Rollemberg (1999), o exílio afastou as gerações de 1964 e 1968 do cenário político brasileiro que lhes dava sentido, constituindo a “derrota de um projeto político e pessoal”. Por outro lado, a experiência também representou a “liberdade, a resistência, a continuação da contestação”. Os relatos narram a dor pelos amigos mortos, as lembranças traumáticas da prisão, a tristeza motivada pela

separação da família e dos amigos, pela derrota sofrida; o medo de viver num mundo desconhecido, numa terra estranha, mas também falam de estar vivo, de ter a oportunidade de continuar a luta: “os exilados viveram a dolorosa e maravilhosa experiência da metamorfose, tornando-se outros, sem perder de todos os traços da condição anterior. Sem renegarem o passado renasceram para o presente” (p.302).

Conforme Fernandez (2011), os indivíduos que conseguiram superar o trauma e a exclusão proporcionados pelo exílio, experimentaram uma ressignificação na luta em defesa dos seus ideais, com a incorporação de novas bandeiras, entre as quais a defesa dos direitos humanos, através da participação em campanhas que denunciavam os crimes cometidos por governos militares, não apenas no Brasil, como em outros países do Cone Sul. As novas formas de luta permitiram que os exilados entrassem em contato com “a solidariedade, a proteção, o refúgio, a hospitalidade e a compreensão” no estrangeiro, fato que proporcionou, para estes indivíduos, a abertura de novos horizontes:

O exílio pode, em alguns casos, romper com a pequenez do cotidiano e a estagnação e monotonia do sedentarismo, oferecendo a quem passa por essa experiência uma oportunidade de despertar para novas descobertas. O deslocamento em direção ao desconhecido, aos domínios do “estrangeiro”, permite também ampliar a percepção de mundo facilitando a aceitação da alteridade. Além disso, possibilita a oportunidade de lançar um olhar diferenciado, crítico e/ou comparativo, tanto sobre si mesmo em oposição aos outros, quanto sobre o “seu universo” (a terra de origem) versus o dos “outros” (a terra do exílio) (p.78).

João Carlos Bona Garcia salientou o aprendizado que adquiriu ao participar das atividades coordenadas pela UP com os moradores da periferia de Valparaíso e, mais tarde em Los Angeles, na província de Bío-Bío, num acampamento de colonos sem terra, uma espécie de favela com trabalhadores do campo que esperavam receber um pedaço de terra, constituído em sua maioria por índios (mapuches): “Aqui se falava mal do pessoal do lado de lá da fronteira, considerados inferiores, beberrões, atrasados. Eu comecei a conhecer a riqueza daquela gente e que, pelo contrário, nós tínhamos muito a aprender com eles. O Chile é um país que tem história, com um movimento cultural notável, um povo magnífico” (Garcia; Posenato, 1989, p.91).

Segundo Sznajder & Roninger (2013), o exílio fez com que o conceito de Pátria Grande, projetado por Simon Bolívar durante as lutas pela independência dos países latino-americanos no século XIX, que ficou a margem do processo que deu origem a identidades coletivas nacionais, tais como argentinos, brasileiros,

mexicanos, chilenos, peruanos, fosse recuperado. Para os pesquisadores, essa recuperação, mesmo que parcial, ocorreu durante os movimentos de integração regional e as campanhas de solidariedade organizadas no exílio, que permitiram aos “nacionais” dos diferentes países descobrirem, durante as décadas de 1960 e 1970, aquilo que os unia e fazia com que tivessem um “destino compartilhado” (p.181).

Para Herbert de Souza, o exílio obrigou os militantes brasileiros a ampliarem seus conhecimentos sobre as realidades continentais, latino-americanas e internacionais, ao conhecerem o Uruguai, o Chile, a Argentina, o Peru, a América Central. Ele comparou o exílio a uma caravela, que conduz o indivíduo a “descobrir a América” e, depois que ele amplia a visão que possuía a partir de suas vivências no Brasil, descobre a “Europa, a França, a Inglaterra, os Estados Unidos, o Canadá, a abertura do mundo socialista e do Terceiro Mundo”:

O exílio vai abrindo os caminhos para a percepção de um entendimento internacionalista e que tem reflexo imediato sobre a compreensão do Brasil. Os ângulos de percepção sobre o Brasil mudam e se começa a perder a visão “brasilocêntrica” e perceber o Brasil como parte de um sistema. Isso, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista político, tem uma importância fundamental. (Cavalcanti; Ramos, 1978, p. 109).

João Carlos Bona Garcia declarou que embora tenha vivenciado várias experiências com os militantes da UP, a população chilena e com organizações de esquerda de outros países da região, principalmente com os *Tupamaros* do Uruguai, durante os anos de 1970 e 1973, ele se identificou como latino-americano bem mais tarde, no período no qual se encontrava exilado na França: “Eu, como vinha do Chile, me confundiam como chileno, como argentino, me identificavam como América Latina. Os europeus contribuía para esta união, faziam com que os latino-americanos se sentissem um povo só. Eu tinha amigos uruguaios, argentinos, brasileiros, já não fazia qualquer distinção” (Garcia; Posenato, 1989, p.179).

Considerações Finais

João Carlos Bona Garcia e Herbert de Souza narraram em suas memórias as dificuldades que enfrentaram ao serem obrigados, em razão da violência estatal, a deixarem o Brasil no início da década de 1970. Ao mesmo tempo, destacaram a forma como a interação com a esquerda, o povo e o processo chileno modificaram a visão que eles tinham sobre a luta revolucionária, o Brasil e a própria

América Latina. Entre continuidades e rupturas, o exílio no Chile foi uma experiência que marcou os dois militantes e influenciou suas trajetórias políticas.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CAVALCANTI, Celso Pedro Uchôa; RAMOS, Pedro. *Memórias do exílio. Brasil 1964-19??*. De muitos caminhos. Vol. 1. São Paulo: Livramento, 1978.

FERNANDEZ, Jorge Christian. *Anclaos en Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966 - 1989)*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GARCIA, João Carlos Bona; POSENATO, Júlio. *Verás que um filho teu não foge a luta*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

HOBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1996.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968-1979)*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese (Doutorado Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SZNAJDER, Mario; RONINGER, Luis. *La política del Destierro y el exilio en America Latina*. México: FCE, 2013.

SIMÕES, Sílvia Sônia. *Canto que há sido valiente siempre será canción nueva: o cançãoeiro de Víctor Jara e o Golpe Civil-Militar no Chile*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Dissertação (Mestrado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VIÑAR, Maren e Marcelo. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992.

YERUSHALMI, Yosef Hayan. *Reflexiones sobre el olvido*. Disponível em: <http://www.academia.edu/4485872/www.cholonautas.edu.pe> Biblioteca Virtual de Ciencias Sociales Reflexiones sobre el olvido Yosef Hayan Yerushalmi www.ch

olonautas.edu.pe [Biblioteca Virtual de Ciencias Sociales](http://Biblioteca Virtual de Ciencias Socialeswww.cholonautas.edu.pe) Acesso em: 20 fev. 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 2 t.

POLLAK, Michel. Memória Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989.

Contato:

Endereço: Rua Siqueira Couto, 279, Silveira Martins, Rio Grande do Sul, Brasil.

CEP: 97195-000

Telefone: (55) 9105-3273

E-mail: cristiane-historia@hotmail.com